Acordos plurianuais em pauta

por Reginaldo Heller
do Rio

O governo brasileiro iniciará, já em meados de agosto, negociações concretas para o refinanciamento da dívida externa brasileira nos anos de 1985 e 1986. A informação de fontes que tiveram acesso ao presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, acrescenta ainda que, nas sondagens preliminares que estão sendo conduzidas com os bancos credores, é intenção do governo estabelecer uma sistemática de rolagem automática da dívida amortizável por dois ou três anos, ou seja, acordos plurianuais para o refinanciamento e a liberação de recursos novos. Segundo confidência de Pastore, nestas negociações serão possíveis a redução substancial (ou até quase total eliminação) dos "spreads" (taxas cobradas acima dos juros preferenciais internacionais) e das diferentes comissões pagas aos credores. Isso poderá propiciar economia de pagamentos de até US\$ 1 bilhão no ano. Um amplo acordo está sendo previsto para o último trimestre deste ano.

As negociações serão viabilizadas pela aprovação, por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI), do programa de

ajustamento que vem sendo cumprido pelo governo. Neste sentido, um dos trunfos a serem apresentados é o elevado saldo de caixa do Banco Central, da ordem de US\$ 3,5 bilhões, hoje, quando o programado para o ano era de US\$ 4,5 bilhões. É certo que em junho haverá uma pesada despesa de pagamentos de juros, da ordem de US\$ 1 bilhão, aproximadamente, o que deverá reduzir o nível de reservas cambiais.

Mas o governo conta com a manutenção do superávit comercial, gerando reservas, e os efeitos da suspensão de conversão de dívidas em investimento, favorecendo o ingresso de novos recursos. Outro trunfo é o déficit operacional do setor público, que, graças às contenções impostas às empresas públicas, federais, estaduais e municipais, deverá ficar dentro dos limites fixados com o FMI. O pagamento dos juros externos em junho, reduzindo as reservas — e a contração possível da base monetária no mês —, favorecerá também o enquadramento do nível de crédito interno líquido dentro das metas acertadas.

Apenas um dos compromissos assumidos na carta de intenção não será atendido. Trata-se das necessidades de financiamentos

do setor público. Pastore já teria confidenciado, também, que essa meta foi renegociada com o FMI, e nela não será incluído, para os cálculos, o montante de títulos públicos que o Banco Central colocará em circulação para efeito de giro da dívida pública e de política monetária. O total fixado anteriormente é de Cr\$ 23,750 trilhões e deverá ser ultrapassado, embora esse adicional não deva ser considerado.

Segundo apurou este jornal, os entendimentos que vêm sendo conduzidos estão-se concentrando nas hipóteses possíveis de redução dos juros básicos cobrados à dívida externa. As idéias variam desde a participação do FMI e do Banco Mundial na compra de ativos de bancos credores ou no financiamento de parte dos juros a pagar — graças a uma eventual isenção fiscal na captação destas instituições no mercado financeiro — até rebates fiscais pelo Tesouro americano, seja sob a forma de incentivos, seja sob a forma de créditos. E, finalmente, o montante de novos empréstimos a serem concedidos para financiamento do pagamento dos juros será, na pretensão do governo brasileiro, flexível, ao longo do acordo plurianual.